



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Atada 9.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio, realizada nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, em 26/3/2021.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às nove horas iniciou-se a 9.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná, realizada inteiramente de modo remoto, pelo aplicativo *zoom* e transmissão pelo *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), através de seus canais nas plataformas do *Facebook* e *Youtube*. Deputados presentes: Deputado Plauto Miró, Professor Lemos, Evandro Araújo, Mabel Canto, Soldado Fruet, Prefeito Márcio Matos, Arilson Chiorato, Luiz Cláudio Romanelli, Representante do Dep. Tião Medeiros. A jornalista Paola Manfroi da Assembleia Legislativa fez a abertura da audiência, inaugurou os trabalhos, e apresentou o processo de audiências públicas que está sendo realizado pela ALEP. O Deputado Arilson Chiorato passa a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli para fazer uma apresentação sobre o novo modelo de pedágio, em aprofundada demonstração do histórico do pedágio, da situação atual dos contratos de pedágio, a previsão de encerramento e considerações sobre o nova licitação para concessões de pedágios que está coordenada pelo Governo Federal. Dep. Romanelli afirma que é certo que o Governo Estadual e o Secretário Sandro Alex definiram que querem licitação pelo menor preço. Querem uma licitação limpa, correta, feita na bolsa de valores, e querem obras que comecem no começo da concessão. Outro ponto é a garantia da execução da obra, para que a empresa que ganhe faça uma caução com títulos públicos. Serão 28 bilhões arrecadados pelo Governo Federal e não há garantia de obra. Queremos discutir o conceito de grau tarifário, pois neste percentual de 40% é inaceitável. Paola Manfroi da TV Assembleia registra a presença dos participantes e faz perguntas, como pessoas de Cambará e de Jataizinho. Senador Flávio Arns se manifesta no sentido que deve haver transparência, que o governo federal está dourando a pílula, que devemos ter uma proposta escrita. Nossas nove audiências públicas foram produtivas. É uma tarefa de atenção inadiável e contém apoio dos três senadores. Dep. Arilson esclarece que serão alternados três deputados e três representantes da região. Prefeito de Ortigueira se manifesta, que o Município é um polo de produção de tijolos, com pecuária, comércio e agricultura, e o aumento da tarifa e da praça de pedágio é prejudicial ao Município. Será prejudicial ao desenvolvimento se tiver mais pedágio e impostos. Vice-prefeito de Ortigueira Gilson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Proença de Meira agradece a organização das audiências, e que o município está ilhado por duas praças de pedágio. A transparência é fundamental. É citada a presença da CUT/Paraná e o Prefeito Municipal de Pérola. Passada a palavra para Murilo Milleo, Presidente da Associação dos Moradores de São Luiz do Purunã que tem 1218 associados cercado com pedágio do norte com Wittmarsum e ao sul por outro pedágio. No distrito do Boqueirão de Balsa Nova uma cavalgada de manifestação teve interdito proibitório concedido, pela Juíza de Campo Largo, porém o Tribunal revogou. Deputado Nelson Luersen. Deputada Mabel Canto se manifestou, pede para remarcar a audiência pública de Ponta Grossa. Deputado Plauto Miró, saúda a todos, que em 1998 houveram erros por falta de estudos, e que a experiência do passado sirva como exemplo, mesmo com edital sendo feito por Brasília. Existem muitos quilômetros de rodovias estaduais, e o Governador do Estado deve se manifestar e o Diretor do DER é muito bom de papo. Como disse o Sen. Flávio Arns, o Governador deve fazer proposta por escrito. Está faltando autoridade ao Governador. O Governador foi eleito para ter autoridade, para as concessionárias não ficarem soltar, com corrupção de agentes públicos, dentre outros, defender a menor tarifa. Dep. Arilson passa a palavra para o Dep. Evandro Araújo, queremos uma licitação com concorrência pelo menor preço e não ser mais um obstáculo ao desenvolvimento. A licitação não deve ser um modelo de negócio. Para fazer justiça, na última reunião com Secretário Sandro Alex que o Governo do Estado será pelo menor palco. Passada a palavra para Roberto Mistrorigo Barbosa, que haja reparação ágil às vítimas em rodovias que faltam obras. Que em cada cabine de pedágio haja impressoras fiscais ligadas à cabine. Que o pedagiômetro seja por categoria, por praça de pedágio e *on line*. Que haja a soma dos capitais de empresas médias, para participar maior concorrência. O laicato e os Bispos defendem "menor preço sem outorga". Pedro Everaldo de Paula, membro encarregado da Comissão de Infraestrutura Rodoviária da Delegacia de Polícia Rodoviária de Ponta Grossa e Campos Gerais, surge para o novo modelo, que tenha participação formada pela sociedade, com revisão e participação da Polícia Rodoviária Federal a cada dois ou três anos e não cinco anos, que haja duplicação. Obras previstas a partir de cinco ou seis anos, muito tarde, a duplicação entre Ortigueira e Imbaú. Guilherme Mazzer, do mandato coletivo do PSOL de Ponta Grossa, considera que é um absurdo as pessoas serem prejudicadas pela corrupção das concessionárias o que se articulam para a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

próxima concessão. O pedágio neste modelo e com as atuais praças. O mandato coletivo propôs uma moção de apelo para que o Governador Ratinho Júnior se posicione seja considerado exclusivamente o menor preço de pedágio na nova concessão, para que não seja o caudatário do Governo Federal. Dep. Delegado Recalcatti defende a revisão da licitação a cada 10 anos e licitação pelo menor preço. Dep. Arilson lembra que o PL 778/2019 foi retirado de pauta por dez sessões, já se passaram duas sessões. Dep. Hussein Bakri, o Governo do Paraná tomará decisões importantes. Parabeniza a Frente Parlamentar por colocar esse assunto em pauta. O Governador, Secretário Sandro Alex defende menor preço, transparência e com obras, isso que deve acontecer no Paraná. Dep. Emerson Bacil, defende que trinta anos é muito tempo. Propôs um projeto de lei. Pois as mesmas empresas que aí estão autorizadas a competir, é melhor criar uma empresa pública para gerenciar pelo Estado, sem submissão às grandes empresas. Carlos Vinicius Javanski, OAB, ratifica o parecer da OAB, do Conselho Pleno da Seccional do Paraná, que não deve haver licitação com outorga, nem degrau tarifário e que o processo até agora não está sendo transparente. Vereador Felipe. Marquinhos de Telêmaco Borba que cada um dos Deputados Federais se manifeste. É fácil alguns dinossauros da política dizerem que são à favor, mas na época foram a favor desse modelo. Presença do Reverendo José Carlos Valentim, de Telêmaco Borba. Vereador Felipe, os Deputados Federais devem se manifestar. As empresas não têm o direito de participar novamente. Dep. Soldado Fruet. Proposta do Dep. Arilson, propõe uma carta da classe política para que os políticos se manifestem, apoiem a luta pela menor tarifa, e possam fazer uma posição unitária do Estado, com peso político, inclusive com adesão dos Senadores, Deputados Federais e o Governador. Deputado Professor Lemos, as empresas estão sendo anistiadas, e apoia proposta do Dep. Arilson de carta da classe política. Deputado Tercílio Turini, daqui a oito meses são concluídas as atuais concessões. A região de Ortigueira, Imbaú e Telêmaco foi muito penalizada. Este assunto interessa a todos. Temos até dia cinco para encaminhar propostas para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Como a questão de uma intercessão em Telêmaco, que além de ser feitos os encaminhamentos das propostas recebidas. Dep. Subtenente Everton, quem terminará as obras é uma questão, temos o degrau tarifário da duplicação e mais os reajustes. Está ficando estranho porque todos estão sendo a favor do pedágio. Por que o DER não assume, o Secretário Sandro Alex deve falar,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

porque não se coloca um pedagiômetro. Concluídas as intervenções, o Deputado Arilson Chiorato procedeu à leitura de alguns questionamentos encaminhados remotamente, que foram devidamente respondidos pelos Deputados Estaduais Luiz Claudio Romanelli e Evandro Araújo. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Arilson Chiorato agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Estadual ArilsonChiorato